



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI 42/2025

Dispõe sobre a autorização para disponibilização de exemplares da Bíblia Sagrada nas unidades de ensino do Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a manter exemplares da Bíblia Sagrada nas unidades escolares sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Fica autorizada a doação de exemplares por pessoas físicas e jurídicas situadas no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Os exemplares da Bíblia Sagrada deverão ser colocados à disposição de alunos, professores e demais usuários das unidades escolares, em local visível e de fácil acesso.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

JUSTIFICATIVA

O presente projeto encontra respaldo no reconhecimento de que a Cultura Ocidental é fortemente fundamentada na moral cristã, de origem milenar, sendo a Bíblia Sagrada um dos mais relevantes livros históricos da humanidade. Sua disponibilização em unidades escolares visa proporcionar material de estudo complementar sobre aspectos históricos e culturais da sociedade ocidental.

A medida não fere o princípio da laicidade do Estado, pois não impõe práticas religiosas, apenas autoriza o acesso ao material para aqueles que voluntariamente desejarem consultar o texto bíblico, como forma de apoio espiritual ou estudo cultural. É importante ressaltar que mais de 80% da população brasileira se identifica como cristã, conforme dados oficiais, o que justifica a disponibilização como uma ação de inclusão e respeito à expressão religiosa.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso VI, garante a liberdade de crença e de expressão religiosa. A disponibilização da Bíblia nas escolas respeita esse princípio, promovendo o acesso a um instrumento de fé para os que assim desejarem, sem configurar proselitismo religioso.

A proposta também encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 7º-A, que assegura aos alunos o direito de manifestação de sua fé, como por exemplo, a possibilidade de ausência em atividades escolares por motivos religiosos. De forma análoga, entende-se legítima a disponibilização de textos sagrados para autoajuda espiritual e fortalecimento de valores éticos e morais.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação desta iniciativa, após ampla discussão com a sociedade, para garantir seu pleno aperfeiçoamento e aplicação.

CORUMBA/MS, 28 de Abril de 2025

Nanah Cordeiro
Vereador(a)

